

# Termo de Referência - Licitação de Permissão de Porto Seco 4/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	170116-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 7A. RF/RJ	IRIS MARINHO DOS REIS	01/03/2025 10:46 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		10707720228202400

## Preâmbulo

Este documento foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei n 14.133, de 2021, e, subsidiariamente, na IN MPOG n. 5, de 2017, constituindo-se como peça integrante e inseparável do procedimento licitatório.

Trata-se de permissão de serviço público, sendo necessário ser precedido de prévia licitação, conforme dispõe a Lei n 8.897, de 1995, e a Instrução Normativa RFB n 2.111, de 2022.

Observou-se a IN RFB n. 2111, de 2022, a qual determina que o edital desta licitação deverá ser elaborado em conformidade com o edital padrão aprovado pela Portaria RFB n. 277, de 2022, à exceção dos termos conflitantes com a Nova Lei de Licitações.

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, para carga geral e outros tipos. Conforme condições estabelecidas no Edital.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A demanda do serviço público a ser licitado foi estimada e justificada por meio do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) para implantação de Porto Seco sob Regime de Permissão preferencialmente na região de Resende/RJ. O citado estudo consta como anexo ao Edital.

Registra-se que o referido estudo destina-se exclusivamente ao uso interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil e órgãos de controle, não devendo ser utilizado por empresas interessadas em participar de eventual licitação

como base de sua decisão, pois, como estabelece o inciso IV do artigo 2º da Lei n. 8.987/95, a participação de pessoa jurídica na licitação é por sua conta e risco, cabendo a ela, se julgar necessário, providenciar estudo próprio de viabilidade técnica e econômica considerando as peculiaridades de sua entidade.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O Porto Seco executará, sob controle aduaneiro, operações de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros:

1. Comum;
2. Suspensivos:
  - Entrepasto aduaneiro na importação e exportação;
  - Admissão temporária;
  - Trânsito aduaneiro;
  - Drawback;
  - Exportação temporária, inclusive para aperfeiçoamento passivo;
  - Depósito alfandegado certificado e depósito especial, se autorizado nos termos da legislação de regência;
  - Entrepasto aduaneiro em Porto Seco Industrial – para as mercadorias submetidas as operações de: exposição; demonstração e teste de funcionamento; industrialização; e manutenção e reparo, se credenciado nos termos da legislação de regência.
  - Entrepasto industrial sob controle informatizado - RECOF

Poderão ainda ser prestados serviços conexos à movimentação e armazenamento de mercadorias, tais como:

1. Estadia de veículos e unidades de carga;
2. Pesagem;
3. Limpeza e desinfecção de veículos;
4. Fornecimento de energia;
5. Retirada de amostras;
6. Lonamento e deslonamento;
7. Colocação de lacres;
8. Expurgo e reexpurgo;
9. Unitização e desunitização de cargas;
10. Marcação, remarcação, numeração e renumeração de volumes, para efeito de identificação comercial;
11. Etiquetagem, marcação e colocação de selos fiscais em produtos importados, com vistas ao atendimento de exigências da legislação nacional ou do adquirente;
12. Etiquetagem e marcação de produtos destinados à exportação, visando sua adaptação a exigências do comprador;
13. Consolidação e desconsolidação documental;
14. Acondicionamento e reacondicionamento, apenas para fins de transporte; e
15. Outros serviços, inclusive os decorrentes das atividades de porto seco industrial, se for o caso, como os citados a seguir.
  - acondicionamento ou reacondicionamento;

- montagem;
- beneficiamento;
- recondicionamento dos bens referidos na alínea "a" dos incisos I, II e III e alínea "c" dos incisos I e III do art. 16; ou
- transformação.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

Além dos critérios relacionados nos documentos de habilitação, item 3.3 do Edital, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- O Projeto do Porto, exigido no inciso V do item 3.3.1 do Edital, deverá atender os padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050 /ABNT.
- nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;
- pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata a Lei; e IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010

### Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

A Garantia está regulamentada no item 12 do Edital.

### Regulamentação específica

O futuro permissionário deverá, ainda, observar a legislação pertinente, entre elas se destacam:

- **Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022** – Estabelece normas gerais e procedimentos para o alfandegamento de local ou recinto;
- **Instrução Normativa RFB nº 2064, de 17 de fevereiro de 2022** - Dispõe sobre a auditoria dos sistemas informatizados de controle aduaneiro estabelecidos para os beneficiários de regimes e tratamentos aduaneiros especiais e dá outras providências.;
- **Instrução Normativa RFB nº 2111, de 20 de outubro de 2022** - Estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de porto seco.;
- **Portaria Coana nº 72, de 12 de abril de 2022** - Especifica os requisitos técnicos, formais e de segurança para registro e armazenamento de informações em sistema informatizado de controle aduaneiro (SICA) e o

envio de eventos à Application Programming Interface Recintos (API-Recintos) do Portal Único de Comércio Exterior no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Portal Siscomex) pelos intervenientes que operam em locais ou recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro.;

- **Portaria Conjunta Coana / Cotec nº 74, de 11 de maio de 2022** - Dispõe sobre normas, especificações e procedimentos para a implantação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação e de mobiliário nas áreas de atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em local ou recinto alfandegado.;
- **Portaria Coana nº 75, de 12 de maio de 2022** - Regulamenta os requisitos e procedimentos para a verificação física remota de mercadorias, a inspeção física remota de mercadorias, a verificação de mercadorias pelo importador, a verificação remota de cargas submetidas ao trânsito aduaneiro e as especificações técnicas e requisitos mínimos do respectivo sistema informatizado.;
- **Portaria Coana nº 76, de 13 de maio de 2022** - Dispõe sobre as especificações técnicas e as condições relativas às áreas segregadas de escritórios e alojamentos, aos instrumentos e aparelhos de inspeção não invasiva, à dispensa de submissão a mais de uma inspeção não invasiva de contêineres movimentados em trânsito aduaneiro, ao compartilhamento de equipamentos e sistemas; aprova os modelos de Ato Declaratório Executivo para o alfandegamento e o desalfandegamento, de termo de fiel depositário e de designação de preposto e disciplina o tratamento prioritário a ser dispensado às cargas do Operador Econômico Autorizado.;
- **Portaria Coana nº 80, de 23 de junho de 2022** - Especifica as condições de funcionamento e os requisitos técnicos mínimos do sistema de monitoramento e vigilância de local ou recinto alfandegado e suas funcionalidades.;
- **Ato Declaratório Executivo Cotec nº 1, de 20 de maio de 2022** - Dispõe sobre as especificações técnicas para a implantação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação nas áreas de atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em local ou recinto alfandegado.
- **Instrução Normativa RFB nº 680, de 02 de outubro de 2006** – Disciplina o despacho aduaneiro de importação;
- **Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017** - Disciplina o despacho aduaneiro de exportação processado por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**A execução do objeto está regulamentada no Edital.**

### **Dos bens reversíveis**

Finda a permissão, não haverá reversão de bens.

### **Do dimensionamento da proposta**

As informações relevantes constam do EVTE, Estudo de Viabilidade Técnica, anexo X do Edital.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A avaliação da qualidade dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias prestados em Porto Seco deverá ser realizada semestralmente pelo fiscal do contrato, designado pelo dirigente da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco, de acordo com as disposições contratuais, conforme art. 23, inciso III, da Lei nº 8.987 /1995, considerando os critérios estabelecidos no Anexo II da Portaria RFB nº 277, de 2022. O fiscal do contrato

espedirá relatório circunstanciado, com base nos formulários de avaliação a serem preenchidos pelos usuários do serviço prestado. O relatório circunstanciado, acompanhado dos formulários de avaliação, será encaminhado à equipe de alfandegamento designada pelo Superintendente da RFB da 7ª Região Fiscal e será submetido à autoridade contratante, conforme estabelece o parágrafo 2º do art. 24 da IN RFB nº 2.111/2022.

## **7. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO em relação ao valor da tarifa máxima estabelecida no anexo VIII do Edital, com fundamento na Portaria RFB nº277, de 2022, de forma a alcançar o menor valor da tarifa do serviço público prestado, de acordo com o item 5.2.6 da minuta de edital e em observância ao art. 8º do Decreto nº 1.910, de 1996, e o art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 2022.

### **Exigências de habilitação**

Os documentos a serem apresentados para o julgamento da proposta constam nos itens 3.2.37 a 3.2.47 do Edital.

Os documentos a serem apresentados para habilitação constam no item 3.3 e respectivos subitens do Edital.

## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação consta no Edital, no item 3.2.12 e seus subitens.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Reitera-se que não caberá à União nenhum dispêndio com a contratação para execução dos serviços a serem prestados no Porto Seco. As despesas relacionadas à prestação dos serviços serão pagas pelos usuários do Porto Seco, de acordo com a tabela de tarifas apresentadas pelo licitante vencedor, constante da sua proposta.

## **10. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SRRF07 n. 817-2024

**IRIS MARINHO DOS REIS**

equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 01/03/2025 às 10:46:40.*

Despacho: Portaria SRRF07 n° 817, de 1° de julho de 2024

**ALEXANDRE LACERDA PEDRAZZI**

equipe de planejamento

Despacho: Portaria SRRF07 n° 817, de 1° de julho de 2024

**HERICA GOMES VIEIRA**

equipe de planejamento

Despacho: Portaria SRRF07 n° 817, de 1° de julho de 2024

**JORGE BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO**

equipe de planejamento

Despacho: Portaria SRRF07 n° 817, de 1° de julho de 2024

**RENATO CARDOSO DE SOUSA**

equipe de planejamento

